

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

COMPETE
2020
PROGRAMA OPERACIONAL COMERCÍO E INOVAÇÃO

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

VULNERABILIDADES

José Reis

Vulnerabilidade é uma condição dos indivíduos ou dos sistemas coletivos quando estão sujeitos a processos dos quais resulta uma diminuição das suas capacidades e dos papéis que desempenham, assim como da possibilidade de recuperarem das perdas que sofreram e de retomarem as circunstâncias anteriores. Supõem-se aqui as vulnerabilidades que são essencialmente geradas ou induzidas por processos institucionais e políticos, isto é, por deliberações e formas de organização que juntam novas fragilidades à condição necessariamente incerta e contingente da vida individual e coletiva. A noção de vulnerabilidades é multidimensional e multiescalar e é sensível ao espaço e ao tempo. Trata-se, além disso, de uma noção relacional, que considera os aspetos estruturais e o sistema de organização económica, social e política. Uma política de reversão das vulnerabilidades será uma ética social e política do cuidado, isto é, de reconstituição das relações que capacitam os indivíduos e a organização coletiva.

O Portugal contemporâneo tem estado sujeito a processos relevantes de geração de vulnerabilidades e elas podem identificar-se em diferentes escalas e dimensões. Isso aconteceu à medida que, fruto da inserção pouco prudente em processos e contextos em que é periférico, foi desfazendo alguns dos mecanismos que lhe davam domínio sobre a sua organização coletiva sem criar novos patamares, mais robustos, acentuando assim as suas dependências. O choque da austeridade foi um momento essencial para os problemas com que hoje nos confrontamos. Mas nem por isso a questão se limita a ele. E mesmo quanto às fragilidades

criadas mais recentemente, houve processos que, entretanto, reverteram vulnerabilidades e houve processo que criaram, consolidaram ou aceleraram novas fragilidades. Agora, estamos perante as que a pandemia revelou e criou.

As vulnerabilidades são multiescalares e é possível identificá-las nos planos macroeconómico, estatal, territorial, local, metropolitano, no cuidado que se dispensa às pessoas, nas relações laborais e no plano sindical, na progressiva transformação de custos privados em custos sociais, nas relações intergeracionais ou nos territórios físicos, sob a forma de riscos.

Sendo as vulnerabilidades multiescalares, as alternativas também o são. No plano macroeconómico há um novo equilíbrio a encontrar para lá das regras da chamada “governança económica” europeia e dos limites que ela implica nos planos monetário, orçamental e das políticas públicas. Trata-se de reconstituir formas de ação pública que fortaleçam a sociedade, superando desequilíbrios e qualificando-a. Internamente, para além de tratar de áreas de risco, o país precisa de políticas públicas que restituam capacidade aos seus territórios, assegurando também que a capital e a sua área metropolitana se tornem mais coesas e capacitadas do ponto de vista económico e social, substituindo um modelo de crescimento essencialmente qualificado e que tem esgotado demograficamente o resto do país. As políticas sociais, o valor a dar ao trabalho e ao bem-estar precisam também de retomar a centralidade que perderam.